

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira
(Organizadora)



Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	
Berilo Luigi Deiró Nosella	
DOI 10.22533/at.ed.8211925041	
CAPÍTULO 2	8
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ	
Angla Pereira dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8211925042	
CAPÍTULO 3	14
A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)	
Regina Coeli Alcantara Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8211925043	
CAPÍTULO 4	24
A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 5	31
A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
Marília Villanova Rodriguês	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 6	38
A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	
Guillaume Azevedo Marques de Saes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925046	
CAPÍTULO 7	46
A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	
Bruna Alves Carvalho Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925047	
CAPÍTULO 8	54
A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE ¹	
Eduardo de Souza Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925048	
CAPÍTULO 9	65
A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE	
Marcos Antonio de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925049	

CAPÍTULO 10	76
CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO	
Ingrid Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.82119250410	
CAPÍTULO 11	85
DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.82119250411	
CAPÍTULO 12	99
DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições	
Flavia Salles Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.82119250412	
CAPÍTULO 13	105
DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL	
Luiz Henrique Santos Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.82119250413	
CAPÍTULO 14	120
ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE	
Samara Letycia Moura Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250414	
CAPÍTULO 15	127
ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO	
Juçara de Souza Nassau	
DOI 10.22533/at.ed.82119250415	
CAPÍTULO 16	137
FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL	
Lindsay Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250416	
CAPÍTULO 17	153
GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA	
Maria Raphaela Campello	
DOI 10.22533/at.ed.82119250417	
CAPÍTULO 18	166
GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN	
Makchwell Coimbra Narcizo	
DOI 10.22533/at.ed.82119250418	

CAPÍTULO 19	179
HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA	
Rogério Chaves da Silva	
George Mendes Marra	
Delson Ferreira	
Geovane Reges de Jesus Campos	
Amivaldo Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.82119250419	
CAPÍTULO 20	195
HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998	
Fabrício Ferreira de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.82119250420	
CAPÍTULO 21	209
INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	
Ronía Batista Vaz Otoni	
DOI 10.22533/at.ed.82119250421	
CAPÍTULO 22	217
JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS	
Flávia Arruda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.82119250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	226

JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS

Flávia Arruda Rodrigues

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Niterói, Rio de Janeiro

RESUMO: Nos anos de 1974 e 1975, cerca de meio milhão de portugueses se viram obrigados a deixarem suas vidas construídas em territórios dominados na África, especialmente Angola e Moçambique, para embarcarem em viagens emergenciais de volta para Lisboa, então metrópole daquele decadente império. A pressa, a necessidade de deixar residências, empregos, investimentos, objetos pessoais, parentes e amigos para trás, no sentido de salvarem as próprias vidas, dada a convulsão social local, forjaram nestes cidadãos nacionais que viviam sob a égide da ditadura salazarista um sentimento de raiva, medo e revolta que teve de ser escondido na nascente ambiência de um país que vivia uma revolução democrática de esquerda. Nos últimos dez anos, especialmente, uma geração de jovens jornalistas que nasceu depois da Revolução dos Cravos e que só dispõe de memórias de segunda ordem decidiu reescrever estas histórias pessoais e coletivas. É de alguns destes livros-reportagem que trata este trabalho. No intuito de promover o cruzamento da Literatura e da Comunicação Social, o trabalho discute contribuições de livros recentemente lançados em Portugal que

tematizam o retorno de cidadãos portugueses que viveram nas colônias até fins de 1975.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação social; Literatura; Colonização portuguesa; África; Pós-memória.

ABSTRACT: By 1974 and 1975, about half a million portuguese citizens were forced to abandon their current daily lives built in african territories dominated by them, specially Angola and Mozambique, to board on emergencial trips back to Lisbon, by then the center of that decadent empire. The hurry to leave behind residences, jobs, investments, personal belongings, family and friends, so they could save their own lives, given the social convulsion, forged in these citizens a feeling of anger, fear and rage immediately hidden within the emerging left-oriented democratic revolution ambience they met in their arrival at the capital. Especially within the past ten years, a young journalists generation, born after the Carnation Revolution, who only had second-handed memories, decided to rewrite these personal and collective stories. This work focus on some of these reporting-books. At the aim of promoting the crossing between Literature and Social Communications, this work discusses the contributions brought by these books recently issued in Portugal. They tematize the return of the citizens who lived in the former colonies until

late 1975.

KEYWORDS: Social Communications; Literature; Portuguese colonization; Africa; Post-memory.

As reflexões que apresentarei neste texto têm como base o trabalho realizado em minhas pesquisas de mestrado e doutorado no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em oito anos. O que vou apresentar são considerações ainda iniciais de mais uma guinada de percurso nos estudos sobre a colonização portuguesa que tenho realizado neste período. A novidade é que, deste ponto em diante, passo a conjugar o trabalho realizado na área de Letras com minha experiência profissional e docente na Comunicação Social. O resultado disso é que começo a realizar estudos no sentido de tentar compreender a significativa e específica aceitação editorial de alguns livros lançados em Portugal na última década. Estas publicações a que vou me referir tratam da reconstrução de memórias de colonos portugueses que viveram na África em fins do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, em Angola e Moçambique, nos estertores da tardia dominação naqueles territórios. Mais do que isso, estes são livros escritos por jovens jornalistas que não viveram a Revolução dos Cravos por experiência própria, mas a têm nítida pelos relatos da geração de seus progenitores. É esta fração de um extenso *corpus* disponível que interessa para este texto.

Como a longeva e, ao mesmo tempo, tardia colonização portuguesa na África (a última a ser encerrada) talvez seja um tema pouco familiar para alguns leitores brasileiros, apesar do passado histórico comum aos dois países, é necessário oferecer algumas informações que colaborem para o melhor entendimento das questões que serão propostas a seguir. O debate que proponho se dá, por exemplo, a partir da experiência africana dos chamados retornados. Esse grupo de cidadãos portugueses, que recebeu esta alcunha nos anos de 1974 e 1975, principalmente, era constituído por colonos daquele país que, por incentivo governamental, em especial na década de 1960, optaram pela migração para as antigas colônias de Portugal, notadamente as de Angola e Moçambique, na África.

Até meados da década de 1970, o Estado Novo português assegurou institucionalmente a vida desses cidadãos nas colônias. Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo, eram territórios anexados à minúscula porção continental lusitana, e faziam parte do que os governos ditatoriais de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcello Caetano (1906-1980) entendiam como “império”. Essas regiões distantes funcionavam como extensões comerciais e administrativas do Estado português e, nelas, habitavam portugueses que não só viviam das atividades de gestão colonial como da importação e revenda de bens manufaturados, extração mineral e produção agrícola.

Algumas colônias prosperaram durante a ditadura salazarista e produziram elites coloniais brancas. Foi o caso de Angola, por exemplo, cujos limites geográficos

guardavam (como ainda guardam) imensas jazidas com fartos recursos naturais estratégicos como minério de ferro, diamantes e petróleo, além de vastas planícies adequadas à plantação de outras *commodities*, como milho e algodão. À época, os cidadãos portugueses que habitavam essas paragens urbanizaram cidades, pavimentando e eletrificando ruas, construindo casas, escolas e clubes e, também interligaram esses centros com as regiões interioranas por meio de estradas de ferro. Em resumo, eles se preocuparam em construir para si mesmos centros urbanos inspirados em metrópoles europeias e, na medida do possível, reproduzir Lisboa. Porém, isso foi feito em lugares que ficavam a distâncias transcontinentais e usando a mão-de-obra quase escrava da população negra local, cujos serviços eram demandados à força por via de truculenta hierarquização social.

Essa vida cotidiana sessentista e setentista das colônias portuguesas, de altos salários, grandes ganhos e prosperidade geral, e que dava a acesso a requintados bens de consumo, teve seu fim determinado no momento em que os capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA) se insurgiram contra o governo salazarista, em 25 de abril de 1974, rumando principalmente de Santarém, a cerca de 40 quilômetros ao Norte da capital do país, Lisboa, e forçaram a renúncia do então presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano. O insatisfeito contingente militar que produziu a Revolução dos Cravos também acabou por inviabilizar a permanência dos portugueses nas colônias, tal como se configurava. E, uma vez desestruturado o Estado Novo, forças políticas independentistas das colônias, enfim, perceberam a possibilidade de abertura para, enfim, tomar o poder das elites brancas que as oprimiam.

O aumento da violência contra os colonos portugueses nos territórios até então dominados pelo Estado Novo português cresceu a ponto de a presença deles naqueles lugares se tornar inviável. No interregno entre a Revolução dos Cravos e as declarações de independência, cerca de 500 mil portugueses voltaram para a metrópole, muitos em aviões cedidos pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual Portugal até hoje faz parte. Este contingente populacional português ficou conhecido como o dos retornados. É sobre a presença deles na África, sobre esse regresso abrupto e sobre a readaptação à metrópole a que os livros em questão se debruçam.

Ao mesmo tempo em que eram perpetradores, algozes de um sistema colonial e, por isso, agentes de violência, eles, de forma ambivalente, também a sofreram. Foram acusadores e acusados. Portugueses não só perderam abrupta e irrecuperavelmente bens, familiares e amigos, como foram forçados a viver em acomodações improvisadas, principalmente nos hotéis (esvaziados pela revolução e pela temporada de inverno), no Estoril, na Grande Lisboa, sendo constantemente acusados pelos compatriotas metropolitanos de serem eles próprios os responsáveis por suas expulsões das colônias. Além disso, muitos dos retornados haviam nascido nesses territórios extracontinentais, não tendo tido qualquer contato com a capital do “império” até aquele momento de suas vidas, o que foi alvo de estranhamento e motivo para discriminação.

Em entrevista ao jornalista João Paulo Guerra publicada no livro *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, o ex-presidente português António Ramalho Eanes, o primeiro eleito no período democrático pós-1974, afirma que o tamanho do contingente de cidadãos portugueses que voltaram à Europa foi de 500 a 700 mil, embora os números oficiais do atualmente extinto Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) registrem 505.078 retornados.

Tínhamos ainda naquela altura em mãos o problema dos retornados, 500 a 700 000 portugueses, não se sabia ao certo, que tinham regressado ao país e constituíam um problema, na aceitação e na integração, mas também um problema psicológico e social, porque a maior parte deles saiu das colónias sem nada. Portanto, a situação era realmente de perturbação mesmo. Segundo, havia uma situação conflitual muito intensa entre Portugal e os novos países, pela questão dos retornados, por determinadas situações de guerra que existiam e, naturalmente ainda, por uma certa infantilidade que ocorre em todas as situações de independência recente. Houve que fazer face a todas estas questões. Internamente, houve que tentar promover e ajudar a reintegração dos retornados, e isso conseguiu-se com resultados espetaculares, que se devem mais à qualidade da população do que propriamente ao efeito e à eficiência das medidas tomadas pelo poder. Foi necessário vencer imensos preconceitos, quer de esquerda, quer conservadores, em relação às ex-colónias, aos novos países de língua oficial portuguesa (Guerra, 2009, p.156).

Não bastassem os problemas vividos ao deixarem a África, esses colonos conheceram o preconceito e o repúdio dos portugueses da metrópole no momento da chegada, uma vez que foram acomodados pelo governo provisório em hotéis, recebendo as garantias que eram possíveis em meio às inúmeras incertezas do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Nesse sentido, os colonos revelavam a ambivalência de sua condição, uma vez que, ao mesmo tempo, eram atores diretos da ação colonial em territórios dominados por Portugal, eram resultado da falta de sustentação dela própria. Os ex-colonos não entendiam, como nota o filósofo Eduardo Lourenço em seu texto “Apelo ao(s) retornado(s)”, republicado este ano em coletânea organizada por Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, que

Embora organicamente colonizadores (mais que não fosse pela inconsciência de não saber que o eram, sendo-o superlativamente, a maioria dos portugueses só se sentia *colonialista* pela conta alheia (os colonos), como se sentiu *anticolonialista* pela mesma razão, ao descobrir que esses “colonos” haviam se convertido num obstáculo à solução do nosso drama nacional. A partir daí só podiam ser vistos como *causa perdida*, o que sempre haviam sido sem que isso jamais nos tivesse posto qualquer problema. Numa perspectiva anticolonialista coerente não era possível dissociar da colonização como questão posta ao País *colonos* que dela eram o centro, pois era precisamente o seu estatuto de *colonizadores* que se encontrava em discussão (Lourenço, 2014).

Surge, daí, o trauma dos retornados. Estigma e silêncio que só começam a ser quebrados a partir da virada do milênio, quando a segunda geração de colonos, ou seja, os filhos daqueles que lá estiveram como agentes maiores da colonização, começam a escrever narrativas que reconstróem esse passado, em tentativas de estabelecer pós-memórias para esses acontecimentos. Apesar dos eventos que foram as edições desses livros, esse ainda parece ser um tema difícil para os portugueses, e ainda

será necessário contar com tempo para que, aos poucos, a segunda geração ocupe o espaço e reconte aquele passado com menos magoas do que seus pais e, até, avós. Tome-se o exemplo do que ocorre no ambiente acadêmico, em Portugal.

O que parece haver é um desinteresse em examinar feridas como esta, ainda abertas da História portuguesa, e que se materializa vez por outra, por exemplo, em preocupações como a da investigadora Cláudia Castelo, que, em sua tese de doutorado em Sociologia Histórica pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, abordou outra questão pouco explorada pela academia portuguesa e igualmente relegada a um lugar de esquecimento: a presença de cidadãos portugueses nas ex-colônias de povoamento africanas, especialmente Angola e Moçambique. Na introdução de seu livro, *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, ela explica que uma de suas motivações para a realização de seu trabalho de investigação foi a necessidade de interpretar e contextualizar a presença e atuação dos portugueses na África do século XX, para além do lugar de saudade que seus discursos frequentemente evocam:

A decisão de investigar o povoamento de Angola e Moçambique com portugueses da metrópole prende-se não só com a constatação de que este tema ainda não havia sido tratado na perspectiva das ciências sociais, como com a noção de que as memórias sobre África veiculadas sob as mais variadas formas não se preocupam em indagar, problematizar, contextualizar, interpretar, mas apenas convocar um lugar de saudade. Cumprem uma função emocional mas acabam por alimentar as ideias feitas e os mitos que se foram enquistando no senso comum. (Castelo, 2007, p.17).

O caso dos livros em questão parece se enquadrar, ainda, no que Dominick LaCapra conceitua como escrita emulativa. Trata-se de um tipo de arte performativa que revive situações de violência e que pode parecer arriscada, mas é, ainda, uma forma substancialmente mais segura, em termos psíquicos, para se lidar com traumas oriundos de situações extremas e ainda não resolvidos. Para as vítimas, configura-se como uma forma de reencenar, reviver e superar memórias de acontecimentos vividos pessoalmente ou transmitidos por pessoas próximas que passaram pelas mesmas situações-limite. Deve-se aqui assinalar que LaCapra lida com questões relacionadas ao Holocausto, problemática de abrangência mundial e que certamente suscita questões diferentes das deixadas pela colonização portuguesa na África do século XX.

Neste sentido, especialmente na última década, tornou-se comum encontrar, em livrarias portuguesas, logo à vista, estantes ou mostruários com uma variada gama de livros que retomam questões como “a vida que os portugueses deixaram”, “longe da restinga, a Oeste da sanzala” e “terra prometida”, apenas para citar alguns dos subtítulos que ajudam a vendê-los. Eles formam uma recente leva de narrativas que têm procurado reescrever a ocupação das colônias africanas empreendida pelos portugueses, especialmente na segunda metade do século XX e, mais ainda, no período que foi da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, às declarações de

independência de países como Angola e Moçambique, entre outras ex-colônias, em fins de 1975.

Parte desses livros é escrita por jovens jornalistas nascidos, como é importante assinalar, depois da Revolução dos Cravos. A validade dessa afirmação reside no fato de que, por serem mais novos do que os acontecimentos históricos, não tiveram a oportunidade de vivenciar os fatos que narraram senão pela memória de segunda ordem daqueles que entrevistaram para a composição de seus livros. Ao mesmo tempo, beneficiados exatamente por esse distanciamento, têm a capacidade de se aproximar de lembranças dolorosas e as relatam com menor envolvimento emocional que seus progenitores ou integrantes da geração anterior, que teve participação direta nos eventos.

É o caso, por exemplo, da jornalista Rita Garcia, que é de julho de 1979. Ela é autora de dois títulos de grande sucesso em *Portugal: SOS Angola: os dias da ponte aérea*, de 253 páginas, lançado pela Oficina dos Livros, em 2011; e de *Os que vieram de África, o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar*, com suas 270 páginas, de 2012, lançado como sequência do primeiro, dado o volume expressivo de vendas. Rita Garcia é licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e trabalha como jornalista desde o ano 2000, tendo integrado as equipes da revista *Focus* e *Sábado*, entre as de outros veículos de comunicação. É importante salientar que, tanto quanto o valor jornalístico dessas publicações, muitas vezes escritas como grandes reportagens a meio termo entre a ficção, no que caracteriza o jornalismo literário, existe a função social que vem sendo cumprida por essas obras, que é a de trazer à luz temas que estavam silenciados por razões emocionais ou políticas há aproximadamente 30 ou 40 anos.

O trecho a seguir, por exemplo, dá uma medida do cumprimento de expectativas que esses textos têm vindo a alcançar. Ele foi extraído de *SOS Angola: os dias da ponte aérea*:

No dia da partida, Eduardo e Madalena levantaram-se de madrugada e despacharam os miúdos para saírem antes de o Sol nascer. Não queriam ser vistos por ninguém. Fecharam a porta de casa com as mesmas voltas que davam todos os dias à fechadura e instalaram-se na carrinha em silêncio. Antes de se fazerem à Estrada, ainda passaram no estabelecimento comercial da família para apanharem latas de quilo de leite *Nido* e as conservas com que se alimentariam até terem vaga na Ponte Aérea.

A catarse de Eduardo começou mal entraram na estrada para Moçâmedes. Quisera acreditar que a viagem não era definitiva, mas naquele momento tomara consciência de que o caminho não tinha retorno. “Nos últimos tempos, alguns pretos já nos diziam: ‘Vai-te embora, branco, desaparece’. Dali em diante, era previsível que a escalada de hostilidade aumentasse até um ponto insustentável.

Era essa certeza que enlouquecia Eduardo Faustino. Que direito tinham os negros de o escorraçar de Porto Alexandre, logo a ele que não conhecia outra terra e tão pouco fizera mal a alguém? Ele era um dos Gémeos, que toda a gente conhecia e respeitava na cidade. Com que justificação ia deixar para trás tudo o que construíra numa vida de trabalho? Desde os 12 anos que atendia ao público com Álvaro,

o irmão gémeo. Tanto esforço para nada. Sentia-se destroçado. Ao volante da carrinha *Isuzu*, a única coisa que o aliviava era mesmo chorar. (Garcia, 2011, p.185)

Alguns elementos do texto de Rita Garcia dão ao leitor a possibilidade da partilha de experiências entre entrevistados e leitores. Dentre eles, vale destacar aspectos que tornaram essa experiência comum a cerca de meio milhão de portugueses: um deles era a pressa em deixarem suas casas, de preferência sem serem notados pelas indivíduos locais que já os ameaçavam. Outro é o abandono de meios de vida, neste caso, o estabelecimento comercial. A revolta, a impossibilidade de negociação e a catarse vividas por Eduardo Faustino, um dos entrevistados de Rita Garcia, também costumam ser relatadas por outros portugueses que viveram o mesmo momento histórico.

Como o título do segundo livro de Rita sugere, *Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar* prende-se aos desafios encontrados na acomodação destas famílias em território continental português. Para que tal fosse feito, o governo do país criou o Instituto Atendimento aos Retornados Nacionais (IARN), órgão público que colaborou para o alojamento dos recém-chegados em hotéis, principalmente na região do Estoril, próxima a Lisboa. O curioso é que muitos desses estabelecimentos turísticos eram de luxo, mas receberam levas massivas de portugueses tanto porque era inverno quanto pela impossibilidade de receber turistas, uma vez que todo o país vivia as convulsões políticas de uma revolução democrática recém-inaugurada e que encerrava 48 anos de ditadura militar em Portugal.

O primeiro capítulo do segundo livro de Rita Garcia, intitulado “Fuga para o frio”, inicia-se com o seguinte trecho, que dá a medida do ambiente social que os retornados encontraram em suas chegadas:

Todos os dias, Irene Lopes chegava à escola a chorar de frio. Saía de casa ainda noite escura, muitas vezes em jejum, e caminhava até a Guarda durante uma hora por campos cobertos de neve. Para uma miúda de onze anos que, como ela, só conhecia o calor de Angola e não tinha abafos grossos para se agasalhar, o percurso era uma autêntica tortura. Nos primeiros tempos, o dinheiro era tão escasso que nem chegava para comprar sapatos fechados. Irene calçava as sabrinas de verão trazidas de África, a que a mãe cortara a biqueira para acompanharem seu crescimento. Foi assim por algum tempo até os pais arranjam botas de borracha pretas para ela e para o irmão.

A família aterrara em Lisboa em 11 de novembro de 1975, o dia de independência de Angola, vinda da África do Sul, num Boeing 747 da TAP, depois de três meses em campos de refugiados à espera da viagem para Portugal. A fuga começara em agosto e obrigara-a a sair à pressa da Cuemba, no distrito do Bié, no centro do território, para chegar a tempo de apanhar a célebre coluna do senhor Serra, que estava prestes a sair de Nova Lisboa (Huambo). (Garcia, 2012, p.21)

A título de contextualização histórica, tomo de empréstimo um trecho do livro do também jornalista Fernando Dacosta, que não figura como objeto de estudo por ser da mesma geração que os colonos retornados de mais idade. Dacosta, nascido em 1945, foi um dos poucos jornalistas a dar visibilidade ao problema dos que voltavam das colônias, uma vez que, como já dito, as incertezas políticas eram as

principais preocupações do governo provisório recém-estabelecido. Seu livro pioneiro foi intitulado como *Os retornados estão a mudar Portugal*. Em 2013, ele lançou um pequeno livro, que tem como título *Os retornados mudaram Portugal*, do qual também extraio um excerto, que reproduzo a seguir.

Note-se que as informações coletadas pelos dois jornalistas são bastante semelhantes em seu conteúdo, tendo como marcas de diferenciação as gerações a que cada um deles pertence. De qualquer forma, deve-se ter em conta que a edição de mais este livro de Dacosta aumenta a lista de títulos produzidos por jornalistas sobre a questão dos retornados portugueses, o que endossa a perspectiva que pretendo trabalhar:

A maior parte dos que vieram chegou com a roupa do corpo, escassos haveres em caixotes e notas inúteis nos bolsos. Alguns tentaram permanecer em África. Amavam-na, serviam-na, era a sua terra. Nada tendo a esconder, nada tinham, pensavam, a rezear. Os governantes diziam-lhes, pea imprensa e pelos comícios, isso mesmo.

Caso a caso, história a história, as suas vidas fizeram-se irreais. Alentejo, Algarve, Beiras, Trás-os-Montes, em todo o lado encontrámos as mesmas faces, os mesmos olhares, as mesmas acusações, o mesmo aturdimiento – não sentem arrependimento porque não sentem culpa. (Dacosta, 2013, p.71)

Apresento por fim, um dos trabalhos de Ana Sofia Fonseca, formada pela Universidade Católica Portuguesa, também jornalista, nascida em 1978 e, por isso, como Rita Garcia, integrante da geração de novos profissionais que não conheceu a Revolução dos Cravos por experiência própria, mas que vem produzindo a pós-memória dos retornados portugueses. Freelancer, trabalhou na revista *Grande Reportagem* e no semanário *SOL*, além de ter integrado as redações do jornal *Expresso* e da rede de TV portuguesa SIC, onde trabalha até os dias atuais. Sua experiência editorial anterior havia sido com *Barca Velha – Histórias de um vinho*, para o qual realizou entrevistas que deram detalhes sobre o mítico vinho português da região do Rio Douro. Seu livro *Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram*, também uma grande reportagem que usa recursos do jornalismo literário, se ocupa do tema em 328 páginas. A edição do livro apresenta o tema como “um retrato destes anos dourados”, que de fato foram para os portugueses que, como o mesmo texto da contracapa afirma, tinham “a vista tranquila da baía de Luanda, os banhos de mar quente, as mangas maduras a Cuca gelada, as lagostas, o cinema os gelados do Baleizão”.

O texto de Ana Sofia Fonseca preocupa-se em reencenar e trazer para o momento presente esse tipo de cotidiano deixado para trás às pressas pelos portugueses e que, conforme já foi aqui afirmado, não vislumbra possibilidade de volta senão pela escrita e leitura de tais livros. Já na capa, avistam-se duas fotografias que apresentam uma vida essencialmente europeia nos trópicos, com direito à imagem de uma criança negra nativa segurando um guarda-sol para que os portugueses brancos, um deles com chapéu colonial, não sintam calor demais. A outra fotografia mostra um jovem casal português sentado na carroceria de um automóvel conversível, também em Angola, no

que aparenta ser um evento esportivo nos anos 1960.

A partir do exemplo dos livros anteriores, seleciono um trecho para reflexão:

O cinema levanta-se numa comovida aclamação. Um pensamento sulca todos os rostos: mais uma despedida (.), prenúncio de outras (?), talvez da sua. Faltam quatro meses para a independência, adeus é palavra tão temida quanto repetida. O “Chá das Seis, quase dezasseis anos de existência, acende as últimas lâmpadas. Desde novembro de 1959, então com nome de “Chá das Seis e Meia”, e encontro marcado à sexta-feira, faz parte da rotina da cidade. Conquistou tanto sucesso que logo ganhou mais tempo e outra honra na agenda. Daí em diante, das seis da tarde às oito da noite de sábado, a orquestra toma o palco do Restauração. Os apresentadores, esses, pouco mudam. Alice Cruz e Diamantino Faria fazem a cortesia dos primeiros tempos. Segue-se Artur Peres. Mais tarde, quando Alice parte, vem Ruth Soares. (Fonseca, 2009, p.236)

Como marca deste trabalho de Ana Sofia Fonseca está a representação da vida colonial portuguesa estritamente a partir do ponto de vista do colonizador europeu, sem aparente preocupação em problematizar o fazer colonial levado a cabo por estes indivíduos e, principalmente, a violência perpetrada nesses territórios em relação aos colonizados, especialmente à maioria, que realizava trabalhos braçais em regime similar ao escravocrata. Não surpreende que tais livros tenham ganhado público leitor tão expressivo, abrindo possibilidade para outros títulos, inclusive como continuações das reportagens.

Creio que, a partir do exposto neste trabalho, é possível compreender a importância da elaboração de tais memórias, uma vez que é importante trazer à luz temáticas que ficaram obscurecidas ou escondidas por razões políticas e familiares. Tais esforços jornalísticos realizados por uma geração emocionalmente apta a eles certamente têm trazido grande contribuição social e, por isso, é digna de destaque.

REFERÊNCIAS

CASTELO, C. **Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

DACOSTA, F. **Os retornados mudaram Portugal**. 2ª Ed. Lisboa: Edições Parsifal, 2013.

FONSECA, A.S.. **Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram**. 2ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

GARCIA, R. **SOS Angola: Os dias da ponte aérea**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

_____. **Os que vieram de África: o drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar**. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

GUERRA, João Paulo. **Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas**. Alfragide: Oficina do Livro, 2009.

PORTER, A. **O imperialismo europeu (1860-1914)**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LACAPRA, D. **Writing history, writing trauma**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-282-1

